



Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário  
e do Ministério Público da União no DF

BOLETIM SEMANAL

# Sindjus

Filiado à CUT/FENAJUFE

13 de novembro de 2009

Gilmar e Gurgel:  
a solução é  
enviar a  
**REVISÃO!**



# A greve continua!

*Assim gritaram os servidores em frente ao STF, em mais um ato para cobrar envio imediato do PCCR ao Congresso Nacional*

Diante da posição do Supremo Tribunal Federal de continuar segurando o Plano de Carreira, Cargos e Remuneração da categoria, a assembleia de ontem (12/11) na frente do STF votou pela continuidade da paralisação dos serviços em todo o sistema do Judiciário e MPU no Distrito Federal, por tempo indeterminado, enquanto a situação permanecer a mesma.

Após mais uma rodada de conversações com ministros e diretores gerais ao longo do dia, no sentido de convencer a cúpula do Judiciário e do MPU a enviar a proposta de revisão salarial do PCCR ao Congresso, Policarpo informou aos servidores que ainda não há um prazo definido para o envio. "Hoje fui recebido pelo ministro Ives Gandra, conselheiro do CNJ, que repetiu o discurso da magistratura ao argumentar que o CJ3 não pode ganhar mais do que um juiz. Só que o

percentual de ocupantes de CJ3 é de 5%, sendo que desse percentual é preciso reduzir o número de servidores que são técnicos, dos analistas que estão no início da carreira. Não é justo que queiram prejudicar mais de 99% da categoria com esse discurso", observou o coordenador-geral do Sindjus.

Com mais uma sessão de apitação e demonstração de força, união e disposição para ir à luta, os participantes aprovaram por unanimidade a manutenção das mobilizações, com a greve, os piquetes e o corpo a corpo de colega para colega no sentido de atrair ainda mais servidores ao movimento, que já está mais do que consolidado. "Chega de enrolação, não adianta mais ministro dizer que apoia o projeto, o que interessa é mandar a proposta para o Congresso", afirmou Policarpo, após passar os informes sobre as reuniões e os rumos da greve.

## Calendário de luta

**SEXTA (13)** – O comando de greve de cada local de trabalho entregará uma carta aos magistrados e aos membros do MPU. O documento explica o porquê da necessidade de uma revisão salarial e as razões dessa série de paralisações, entre outros pontos (leia a carta na página 2).

**SÁBADO (14)** – Plenária Ampliada da Fenajufe.

**SEGUNDA (16)** – Às 16h haverá nova assembleia para avaliar os rumos do movimento, na Praça dos Tribunais.

## Senhores magistrados e membros do Ministério Público,

Embora pouco reconhecidos pela magistratura e pelos membros, nós, servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público, desempenhamos, cada qual à sua maneira, um papel crucial no funcionamento da Justiça. Somos nós que atendemos a população; somos nós que cuidamos dos milhares de processos que chegam aos tribunais e ao Ministério Público; somos nós que subsidiamos e publicamos suas decisões; enfim, somos nós que os senhores, mesmo sem saber o nome, encontram todos os dias ao realizar seu trabalho. Estamos presentes tanto fisicamente em seu gabinete quanto abstratamente nos documentos que passam pelas suas mãos.

Somos um verdadeiro exército que luta para manter de pé duas das principais instituições do país – o Poder Judiciário e o Ministério Público. A maioria de nós, assim com os senhores, estudou muito para chegar até aqui. Muitos, inclusive, têm a mesma formação acadêmica dos senhores – Direito. Não é fácil chegar até aqui. E também não é fácil se manter aqui quando o salário não corresponde às atribuições e responsabilidades que temos. Pode parecer absurdo, mas os servidores de carreira ganham, em média, 80% menos do que aqueles que atuam em funções semelhantes no Banco Central, no Senado, no TCU, na Receita Federal...

Sabem quem são os grandes perdedores nesse cenário? Vossas Excelências. Afinal, mais de 50% do nosso quadro hoje é composto por servidores em início de carreira. Servidores que continuam estudando e passam facilmente em outros concursos. O próprio ministro Gilmar Mendes já assumiu que a evasão no STF está em torno de 22%, o que é um problema para a instituição, que não consegue fixar quadros, tampouco conhecimentos técnicos. Com a saída constante de servidores, os juízes e membros perdem a qualidade daqueles que são fundamentais para o desenvolvimento de seu trabalho.

Os servidores da Justiça não devem nada aos outros poderes; portanto, nós, servidores, devemos receber o mesmo tratamento que recentemente foi dado aos trabalhadores das carreiras do Poder Executivo que tiveram seu plano enviado, discutido e aprovado pelo Congresso Nacional.

Ainda não estamos em greve pela aprovação do nosso novo Plano de Cargos, Carreira e Remuneração. Apenas pedimos que nosso projeto, que está aprovado desde o dia 7 de outubro, seja enviado ao Poder Legislativo. Não é justo que permaneçamos nessa situação. Queremos ser valorizados. Portanto, só vamos descruzar os braços quando houver uma sinalização concreta de que seremos respeitados.

## SERVIDORES DA JUSTIÇA